

WÉLINGTON SILVA

**Um sistema político brasileiro:**

*o projeto imperial nas Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis no contexto da  
modernização portuguesa*

MARIANA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/UFOP

2013

WÉLINGTON SILVA

**Um sistema político brasileiro:**

*o projeto imperial nas Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis no contexto da  
modernização portuguesa*

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Chaves

MARIANA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/UFOP

2013

## **Agradecimentos**

Nossos sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Ouro Preto por todo apoio durante o período de graduação. À Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, pelo incentivo e fomento das pesquisas desenvolvidas durante este período. Gostaria de agradecer, também, aos professores do departamento de História pela excelente contribuição na minha formação.

Gostaria de agradecer, em especial, as professoras Andréa Lislly e Luisa Rauter pela dedicação na leitura crítica deste trabalho. E a professora Cláudia Chaves, pessoa sem a qual este trabalho não existiria, pela atenção e orientação empregadas neste tempo juntos.

Muito importante neste trabalho são também os diálogos com os amigos de graduação e pesquisadores da mesma área neste instituto. Zelarei por abarcar todos, não citando os nomes de alguns. Certamente, o resultado de uma pesquisa não pode ser construído individualmente, ele é fruto deste constante diálogo e, muito provavelmente, segue como parte de uma formação que nunca se chamará concluída.

Sou grato a todos que contribuíram para a finalização deste trabalho.

## Resumo

Esta monografia tem como foco principal, o reconhecimento das estratégias político-econômicas adotadas por Portugal para adequação do Estado português aos novos padrões advindos de uma política moderna, baseada em princípios correntes no início do século XIX. Para tanto, foram analisadas as correspondências e memórias trocadas entre o publicista ilustrado Ambrósio Joaquim dos Reis e o corpo político da metrópole portuguesa. O recorte temporal parte do início do século XIX à transferência da Corte portuguesa para sua colônia na América. Tivemos a intenção de compreender as propostas políticas de Ambrósio Joaquim dos Reis como portadoras de estratégias que visam tanto à superação do Antigo Regime europeu, bem como a não adesão do Brasil às revoluções hispano-americanas, formulando uma estratégia única para atuação da monarquia portuguesa na colônia. A análise dos documentos demonstrou que Ambrósio Joaquim dos Reis projetava para a América Portuguesa a saída para a situação vivenciada por Portugal naquele período. A leitura das *Memórias* de Ambrósio dos Reis evidenciou seu alinhamento com as tentativas de manutenção da monarquia portuguesa como uma das potências dentro do contexto Europeu através de sua **restauração**. Todavia, longe de portar propostas ultrapassadas para o momento luso-brasileiro, o autor das memórias apresenta uma sofisticada argumentação que demonstra conhecimento das grandes teorias do liberalismo econômico e do pensamento ilustrado.

Palavras-chave: Império Luso-brasileiro, Restauração, Política.

## Abstract

This monograph focuses primarily on the recognition of the political and economic strategies established by Portugal to the Portuguese adjustment of the new standards coming from a modern policy, based on current principles in the early nineteenth century. Therefore, we analyzed the correspondence and the *Writings* exchanged between the publicist illustrated Ambrósio Joaquim dos Reis and the Portuguese metropolis politic body. The time frame of the early nineteenth century to the transfer of the Portuguese Court to his colony in America. We intend to understand the policy proposals of Ambrósio Joaquim Reis as having strategies aimed at overcoming both the European *Ancien Régime*, as well as non-adherence in Brazil to Spanish American revolutions, formulating a unique strategy for performance of the Portuguese monarchy in colony. The analysis of the documents showed that Ambrósio Joaquim dos Reis projected the exit of the situation experienced in Portugal in America. Reading the *Writings* of Ambrósio dos Reis showed their alignment with attempts to maintain the Portuguese monarchy as one of the powers within the European context through its restoration. However, far from behaving proposals to overcome the moment Luso-Brazilian, the author of the memoir presents a sophisticated argument that demonstrates knowledge of the major theories of economic liberalism and enlightened thought.

Keywords: Luso-Brazilian Empire, Restoration, Politics.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	7
<i>Apresentação do Tema e objetivos</i> .....	7
<i>Fontes e Aspectos Metodológicos</i> .....	11
<i>Estrutura da Monografia</i> .....	13
<b>Capítulo 1: Instabilidade</b> .....	14
<i>Crise de possibilidades</i> .....	15
<i>O Poderoso Império</i> .....	23
<i>Condenação do sistema de dominação colonial</i> .....	28
<b>Capítulo 2: As memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis</b> .....	33
<b>Conclusão</b> .....	45
<b>Referências</b> .....	47
<i>Referências Documentais</i> .....	47
<i>Referências Bibliográficas</i> .....	47

## **Introdução**

### *Apresentação do Tema e objetivos*

Os estudos sobre a transferência da corte para o Brasil, de grande exploração e de constante renovação historiográfica, se configuram no tema mais instigante da história do Império Luso-brasileiro. Nesta monografia pretendemos desenvolver uma melhor compreensão sobre as estratégias político-econômicas adotadas por Portugal para adequação do Estado português aos padrões modernos. Além disso, mostrar como esta realização e suas proposições sobre a política a ser desenvolvida no império português estavam de acordo com a mobilização em torno da efetivação do Império Luso-brasileiro. Acreditamos que estes ideais circulavam entre os letrados da época em Portugal.

No fim do século XVIII a Europa passaria por um momento de extrema movimentação política, se estendendo sobre a legislação, a justiça, a cultura e a economia. Em Portugal, desenvolveram-se reformas na administração, nas possessões coloniais, na educação, no direito. Por trás destas reformas, existia um conteúdo ideológico-político ilustrado, que constituía uma ruptura com as práticas e pensamentos políticos até então vigentes. Por conseguinte, a primeira metade do século XIX é permeada pela necessidade de reorganização política do território europeu. Para a elite letrada portuguesa a entrada nesse novo século traz a necessidade de repensar seu sistema colonial. Esta elite, afetada pelo medo de revoluções liberais, desenvolve um projeto de modernização de seu sistema político apoiada, principalmente, nos ideais de restituição do Estado português.

Ao proporem uma reorganização das políticas de Portugal, esses ilustrados buscavam a manutenção da Coroa. A comunidade letrada portuguesa, no corpo de estadistas e publicistas, propunha um alinhamento entre a coroa portuguesa e sua colônia na América (SCHULTZ, 2006). Esta busca dava-se, sobretudo, pela tentativa de criação de um império poderoso, opulento e coeso, que possibilitasse a reforma dos poderes da Coroa portuguesa e consentisse a sobrevivência da Nação (LYRA, 1994). Isso reflete na política da nação de Portugal ao observamos que, ao contrário do que vem ocorrendo na virada do XVIII para o

século XIX, ela aglutina ora elementos que derivam da necessidade de modernização, ora elementos que são conservadores por excelência.

O desgaste e a desnaturalização das relações entre Portugal e seus domínios ultramarinos, frente à crise geral do final do século XVIII, foram agravados nos territórios da América portuguesa com a Independência norte-americana e com o esgotamento da sociedade do Antigo Regime. Tornou-se necessário o repensar da relação entre Europa e América, temática recorrente em obras de importantes autores ilustrados como William Robertson, Ignacio Molina, Robert Southey e Abade Raynal<sup>1</sup>. Estes autores demonstraram que os mecanismos de poder legitimados por autoridades tradicionais como as monarquias absolutistas e a Inquisição se demonstravam insuficientes para se pensar as relações entre as metrópoles e as colônias. Os conceitos de metrópole e colônia aqui abordados aglutinaram, neste contexto de abertura frente à crise do Antigo Sistema, forças capazes de abalar a naturalidade das relações dos Impérios Ibéricos com as possessões ultramarinas na América.

Pretendemos, a partir deste panorama geral, a respeito das movimentações políticas na Europa e em Portugal no início do século XIX, contextualizar o nosso objeto de estudo. Consideraremos para nosso trabalho o período em questão como problema. Assim, analisaremos os trabalhos de Ambrósio Joaquim dos Reis num contexto onde o futuro passa a emergir como possibilidade, marcado pelos acontecimentos. Além disso, se constitui de certa autonomia de interpretação e criação, elaborada pelos atores políticos do cenário imperial português.

Cabe ressaltarmos a importância dos estudos das *Memórias*. A importância deste estudo se dá também no conteúdo prático desenvolvido ao longo de sua estrutura textual. A escrita em gênero memória possuía uma forma mais fatalista de descrição e se opunha a obsoleta forma de escrita do estilo escolástico. O objetivo deste gênero era a apresentação de um conhecimento sobre a realidade em níveis experienciados e práticos, assim como a proposição de soluções para a problemática descrita. Desta forma, essas Memórias nos permitem o acompanhamento de um viés da perspectiva política portuguesa, frente à rearticulação de poderes na Europa, bem como fora dela, como nos conflitos da América hispânica. **Acreditamos que este contexto contribui efetivamente para a produção deste tipo de**

---

<sup>1</sup> Para Willian Robertson ver: **History of America** (1777) 10 vols.; Para Ignacio Molina ver: **The geographical, natural, and civil history of Chili** (1809) 2 vols.; Para Robert Southey ver: **História do Brasil** (1810) 3 vols.; Para Abade Raynal ver: **A Revolução na América** (1792).



trabalho<sup>2</sup>. Procuraremos contribuir para uma melhor compreensão da organização deste cenário político, no qual se emoldurava o Império Luso-brasileiro.

As propostas destes ilustrados portugueses desde o início do século XIX enfatizavam a possibilidade de transferência da corte para as possessões portuguesas na América. Acreditamos que este ideal baseava-se em duas premissas básicas, ambas de extrema importância para a manutenção da Coroa portuguesa. De um lado, a criação de um Império luso-brasileiro seria a solução para a crise do absolutismo, que desde o terceiro quartel do século XVIII passava por um momento de extrema crise e apresentava sinais de esgotamento. De outro lado, a criação do Império está ligada à busca de um maior controle dos domínios de Portugal na América, a fim de não deixar o Brasil exposto às ideias revolucionárias que circulavam nas colônias espanholas e aos ideais democráticos vindos dos Estados Unidos, agora independente (McFARLANE, 2006).

Neste sentido, infere-se que a proposta política portuguesa, vista como modernizadora, esbarra em algumas premissas conservadoras para se efetivarem. Os ilustrados luso-brasileiros até então almejavam a restauração do Império Português através de uma concepção eclética de ilustração, que visava amalgamar princípios do reformismo luso dos tempos pombalinos<sup>3</sup> com as modernas teorias que circulavam nos salões e academias europeias<sup>4</sup>. Deste modo, a prévia análise das obras de Ambrósio Joaquim dos Reis permitiu-nos propor que ele compartilhava desta problemática. Assim, ao compor suas *Memórias*, Ambrósio estava construindo suas intenções acerca do Império luso-brasileiro como membro desta elite ilustrada.

O plano de fundo temático desta pesquisa, portanto, se constitui no contexto da formação do Império Luso-brasileiro. Em relação a essa formação, interessa-nos a produção das estratégias para a superação do Antigo Regime e a sua interação dinâmica com a produção de projetos e sistemas políticos, responsáveis pela abertura de novos enquadramentos para a colônia portuguesa, onde se projeta um refúgio para a monarquia em crise. Estas especificidades enredam não somente as possibilidades de rupturas disponíveis para os

---

<sup>2</sup> Sobre a tomada do período do início do século XIX, como permeado de complexidades, ver Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, 1993 e Maria Beatriz Nizza da Silva, *O Império Luso-brasileiro: 1750-1822*.

<sup>3</sup> Em relação às continuidades e discontinuidades entre o período pombalino e a geração de intelectuais ligados à Academia Real de Ciências de Lisboa, ver MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*.

<sup>4</sup> Para uma análise do Iluminismo como um movimento que ultrapassa as fronteiras nacionais e sua concentração em espaços como os cafés, os salões, os laboratórios, os museus, as cortes, dentre outros, ver LIVINGSTONE, D.& WITHERS, G. *Geography and Enlightenment*, *passim*. JHONATAHM ISRAEL

agentes políticos da época, como, sobretudo, abarcam as continuidades com relação ao passado circunscrito na experiência política do Império Português. Dessa forma, a compreensão de projetos na obra de Ambrósio Joaquim dos Reis, que trazem uma proposta modernizadora para Portugal e tratem da transferência da corte portuguesa para o Brasil, constitui o eixo temático desta **pesquisa**.

Assim como Dom Rodrigo, Ambrósio Joaquim dos Reis compunha um corpo político e burocrático que atuava ativamente em projetos políticos e cargos estratégicos, como aqueles que envolviam a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e postos diplomáticos (SILVA, 2010). Nesse sentido nossa pesquisa visa contribuir na discussão sobre a formação e articulação desse grupo político. Em suma, nas próprias atuações cotidianas estes agentes definem uma trajetória para mobilização desta política no desenrolar da história do Império Luso-brasileiro. Encontram-se inseridos num contexto onde o futuro emergiria como possibilidade, marcado pelos acontecimentos, todavia constituído de certa autonomia de interpretação e criação.

**Nesta pesquisa, ao tratarmos do momento da transferência da Corte portuguesa, pretendemos compreender como as bases desta transferência estão conectadas a formação de uma comunidade brasileira. Assim, como as estratégias políticas apoiadas na transferência da Corte, são predominantes no desenrolar da história. Com efeito, a criação do Império Luso-brasileiro também objetivava a consolidação do território da colônia portuguesa na América e está completamente referenciado ao pensamento desenvolvido no decorrer do Império Luso-Brasileiro.**

Ambrósio Joaquim dos Reis compartilhava os ideais da ilustração para pensar a construção do Império Luso-brasileiro. Pautando-se nos ideais modernos de economia e políticas, para ele assim como para uma comunidade de ilustrados luso-brasileiros, o Brasil passaria a representar uma possessão indispensável para a unidade portuguesa. A perda da colônia poderia acarretar a ruína do Império. Desta maneira, a razão de ser de um “sistema político brasileiro”. A colônia portuguesa seria evidenciada como a portadora, por excelência, dos recursos necessários para a implantação de sua restauração. Daí também, a necessidade de uma melhor organização política, a fim de manter a porção portuguesa isolada da ideologia circulante nas demais porções da América.

[A monografia que se apresenta é resultado de uma pesquisa que teve como foco principal reconhecer as estratégias político-econômicas adotadas por Portugal para adequação

do Estado português aos novos padrões advindos de uma política moderna, baseada em princípios correntes no início do século XIX. Para tanto foram analisadas as correspondências e memórias trocadas entre o publicista ilustrado Ambrósio Joaquim dos Reis e o corpo político da metrópole portuguesa. O recorte temporal partiu do início do século XIX à transferência da Corte portuguesa para sua colônia na América. Tem como objetivo, portanto, compreender as propostas políticas de Ambrósio Joaquim dos Reis como portadoras de estratégias que visam tanto à superação do Antigo Regime europeu, bem como a não adesão do Brasil às revoluções hispano-americanas, formulando uma estratégia única para atuação da monarquia portuguesa na colônia. Desta forma, buscou-se também a compreensão do projeto político de Ambrósio Joaquim dos Reis e sua relação com as propostas de modernização adotadas por Portugal no início do século XIX. Têm-se também a intenção de contribuir com os estudos da História do Império Luso-brasileiro problematizando a historiografia e abordando novos personagens e fontes.]

### *Fontes e Aspectos Metodológicos*

Nossa pesquisa se configura como um estudo acerca da cultura política. O interesse pela compreensão desta cultura política é duplo. Permitti-nos em primeiro lugar descobrir as filiações individuais para assim estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem pela adesão racional a um programa. Todavia apenas este estabelecimento direto e individual se revelaria insuficiente e superficial. Daí a importância das nossas análises na dimensão do coletivo.

A dimensão do coletivo nos fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados a volta de uma cultura, um “fator de comunhão” entre seus membros. Esse fator comum possibilitaria a coerência de uma visão comum do mundo, ou seja, os aglutinaria em uma leitura partilhada do passado, e os dotaria de uma idêntica perspectiva de futuro, em normas e crenças que constituem um só patrimônio. Ainda é importante salientar que o vocabulário adotado é tomado de significações comuns, para o momento vivido (BERNSTEIN, 1998).

Logo a análise deste vocabulário político torna-se necessária. Para tanto nos apoiaremos em uma proposta na qual pretendemos problematizar o tratamento tradicional

entre autor/obra/contexto (POCOCK, 2003; SKINNER, 1996; SKINNER, 2000). Desta maneira cabe-nos a articulação da dimensão do autor (como indivíduo) com a interação entre o envolvimento com outros atores. Podemos compreender, com Pocock, que são estas as conexões das quais devemos nos ocupar, “são esses *continua* (...) que o historiador deve estudar, se quiser entender as ações e as respostas, as inovações e acontecimentos, as mudanças e os processos que constituem a história do discurso” (POCOCK, 2003, p. 54-55). Estas novas abordagens se lançam como desafios às categorias que pressupõem a supremacia dos “lugares” sociais em relação aos discursos ou o estabelecimento unilateral de “influências” entre uma comunidade de autores. Com efeito, as territorialidades e temporalidades estão compreendidas em contextos discursivos constituídos na interação entre o local, o regional e o global.

As *Memórias* e correspondências elaboradas por Ambrósio Joaquim dos Reis se mostram, então, como as principais fontes das quais podemos extrair a base para análise de sua proposta política. Tivemos acesso a estas *Memórias*, que estão arquivadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal, e somam nosso maior *corpus* documental. Algumas delas, como a *Memória sobre a importancia de se estabelecer casas de commercio portuguezas nos paizes estrangeiros*, de fevereiro de 1809, propõe que a colônia do Brasil deve se inserir dentro dos padrões de comércio “correntes” no mundo, sendo necessário a sua inserção neste tipo de negócio. Já em *Memória sobre a influência que pode ter no comercio e navegação do Brasil as leys restrictivas e desembargo adoptadas pelo governo dos estados unidos*, de agosto de 1808, o autor avalia como as propostas do governo americano podem influenciar diretamente nos negócios do Brasil.

Propomos uma seleção das memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis que permitam, considerando-se a análise do conteúdo textual, a apreensão da cultura política do autor (isto é, o quadro de pressupostos teóricos e os meios de representar suas propostas para o Império Português) e seus aportes ilustrados. Nos textos interessam, então, investigar os temas utilizados, os pressupostos teóricos, as categorias conceituais e as propostas políticas assumidas. Trata-se de compreender a inserção de Reis no contexto da ilustração. Ao mesmo tempo é preciso observar, em seus escritos, a construção de um ideário político que se pautem na ilustração bem como incorpore ideais da restauração. Assim, é de extrema importância a compreensão da construção de um ideário ilustrado.

### *Estrutura da Monografia*

Esta monografia está estruturada da seguinte forma: foram elaborados dois capítulos, um primeiro analisando o momento do Império Luso-Brasileiro, que busca refletir sobre o momento no qual Ambrósio Joaquim dos Reis compõe suas *Memórias*; e um segundo, que buscamos uma análise pormenorizada destas *Memórias* através da discussão acerca de como os temas elencados no primeiro capítulo estão explicitados nos trabalhos de Ambrósio dos Reis. A opção por esta estrutura de trabalho foi importante para estabelecermos a compreensão do período como problema, evidenciando que o trabalho desenvolvido pelo publicista é fruto de uma agenda política disputada no interior de uma sociedade extremamente instável politicamente. Ao longo destes dois capítulos buscamos, então, desenvolver as propostas oferecidas por Ambrósio dos Reis como subterfúgio para a situação da nação portuguesa.

Na conclusão, retomaremos os eixos centrais dos capítulos no intuito de retomar os argumentos de Ambrósio Joaquim dos Reis evidenciando que as proposições destes estrategemas continham, também, projetos políticos a serem legitimados, bem como um ideal de governo a ser seguido.

## Capítulo 1: Instabilidade.

O objetivo deste capítulo é aclimatar, a partir de uma discussão bibliográfica, o recorte temporal de nossa pesquisa, a virada do século XVIII para o XIX. Podemos compreender este período como um momento de instabilidade, tanto na Europa, quanto refletido pela nação portuguesa. Numa escala global, os acontecimentos que seguem da Revolução Francesa surgem nas agendas políticas, principalmente quando tratamos do “concerto das nações” e dos ocorridos nos tratados de Viena e de Verona. Outro quesito indispensável é a realização de uma discussão acerca do momento de transferência da corte portuguesa para o Brasil, bem como a mudança nas relações entre metrópole e colônia. Neste sentido, na historiografia brasileira sobre o tema existem sofisticadas teses que conseguem dar a complexidade merecida ao objeto, ainda que não reflitam diretamente sobre grupos políticos que se situam distantes do corpo administrativo do Estado, como nosso trabalho se pretende.

O capítulo está subdividido em três tópicos para melhor elucidação das temáticas. Em um primeiro momento (*Crise de Possibilidades*) recuperaremos os debates historiográficos que tratam, sobretudo, do esgotamento do pacto colonial entre Portugal e Brasil e da formação do Estado e Nação brasileira. Desta maneira, buscamos complexificar o período, apontando para que as escolhas históricas que se solidificam participam de uma disputa interna quando propostas. Assim, as Memórias escritas por Ambrósio dos Reis, são evidenciadas enquanto projetos políticos desenvolvidos neste contexto de instabilidade, que era o Império Luso-brasileiro à época. Em um segundo momento (*O poderoso Império*) iremos ao encontro do trabalho de Maria de Lourdes Viana Lyra, *A Utopia do Poderoso Império*, neste subcapítulo pretendemos apresentar como o pensamento sobre a criação de um Império “poderoso e coeso” era objetivado como uma possível saída para a manutenção da coroa portuguesa e sua restituição enquanto potência dentro da Europa, ainda era pensado como uma “saída possível” frente ao avanço das tropas napoleônicas sobre Portugal e o domínio da Grã-Bretanha sobre as terras brasílicas. Já no último subcapítulo (*Condenação do sistema de dominação colonial*) partiremos da análise dos argumentos de Abade Raynal (Guillaume-Thomas François Raynal), para apresentarmos traços do clima vivido nas outras partes da América. Assim também dialogando com as propostas de Ambrósio dos Reis, interessa a construção de um

estreitamento entre a metrópole Portugal e a América portuguesa visando evitar que ali cheguem os acontecimentos vivenciados nas outras partes da América.

### *Crise de possibilidades*

O momento de escrita das *Memórias* de Ambrósio Joaquim dos Reis, o período de transição dos séculos XVIII para o XIX, é compreendido pela historiografia brasileira enquanto um período de extrema movimentação política entre Portugal e Brasil. Certamente, a questão se alargaria de uma aclimatação, neste período do oitocentos, englobando uma conjuntura mundial de transformação política. A partir da reavaliação das relações entre Portugal e Brasil abriu-se um horizonte de múltiplas possibilidades para os rumos do Império Luso-brasileiro. As propostas contidas nas memórias de Ambrósio dos Reis tratam, então, de uma das vertentes da política portuguesa. Nesta seção, pretendemos compreender como a historiografia do surgimento da Nação do Brasil, tem tratado este período de transição entre os séculos XVIII para o XIX. Tomaremos como partida a historiografia que trabalha com a chamada crise do Antigo Sistema Colonial e buscaremos desenvolver o que em nosso argumento chamamos de *Crise de Possibilidades*, bem como esta categoria aparece na bibliografia sobre o tema.

### *Estado da Questão*

O interesse pela *questão nacional* tem-se renovado e, hoje, é inegavelmente uma obviedade na recente produção historiográfica brasileira. Este interesse dialoga com as recentes produções da área que, também, tangem este tema<sup>5</sup>. Esta renovação dos meios para se pensar a questão nacional conduz, sobremaneira, a incontornável revisitação das obras que foram instigadas a partir desta proposta na historiografia brasileira (sobretudo na segunda metade do século XX). Estas obras, que inicialmente circunscreveram este tema, pautaram-se,

---

<sup>5</sup> Destacam-se, embora não apresentem um consenso analítico, os influentes estudos ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. São Paulo: Ática, 1989; HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1983; SMITH, Anthony. **Las Teorías del Nacionalismo**. Barcelona: Península, 1976.

basicamente, na ênfase dos aspectos da continuidade e ruptura resguardados pela instável e não linear transição da Colônia à nação independente, privilegiando também os acontecimentos históricos em relação aos sujeitos e ideias que fervilhavam no contexto<sup>6</sup>.

Certamente a contribuição de tais escritos mantém-se viva, pois, recusam a verdadeira obsessão de se identificar no passado colonial as supostas “origens nacionais”. Desta maneira elas demonstram, com certo ineditismo para o Brasil, o caráter anacrônico e politicamente tendencioso de escritos que levantaram a tese da determinação do Estado sobre a Nação – tendência consagrada pelas atividades historiográficas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como pôde ser observado em *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho Varnhagen – desfazendo-se de seu caráter artificial<sup>7</sup> e revelando a complexidade e indeterminação da transição entre o passado colonial e as novas instituições nacionais (WEHLING, 1989).

Esta crise nas relações entre Portugal, várias vezes revisitada na historiografia, deve ser observada com um pouco mais de atenção. Grande marco para pensarmos estas questões é a categoria de análise Antigo Sistema Colonial. Esta categoria é apresentada em seus pormenores na obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)* de Fernando Novais. Este livro de 1973 se apresenta como obra clássica para a compreensão do período, possuindo, ainda hoje, grandes contribuições a realizar. Buscaremos nos próximos parágrafos elaborar as questões que formam esta categoria para Fernando Novais, bem como ela é lida dentro do diálogo da historiografia.

Primeiramente, devemos partir da compreensão que o *Antigo Sistema Colonial*, da forma que Novais o mobiliza, se configura como uma categoria de análise. Assim, ela é uma proposta de análise, um tipo ideal. Não se restringindo as relações entre Portugal e Brasil, sua aplicação é mundial, articulando todas as colônias e metrópoles ocidentais. Configura-se, pois, enquanto uma forma de compreensão das relações existentes entre as metrópoles

---

<sup>6</sup> O leque de referências sobre a constituição do nacional na historiografia brasileira é grande, entre elas destacamos os que trabalhos que, sobremaneira, são considerados marcos para o estudo do tema, entre eles: ABREU, João Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. 1500-1800. 7ª ed. Belo-Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Publifolha, 2000; PRADO JÚNIOR, Caio, **Formação do Brasil Contemporâneo**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: **História Geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, tomo II; NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986 e DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*, In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>7</sup> Neste sentido, Caio Prado Júnior foi quem, primeiramente, interpreta a obra da Independência como construída politicamente. Para uma interpretação contemporânea do problema ver BERBEL, Marcia Regina. **A Nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas de 1821-1822**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999.



Europeias e as colônias na América. Essa forma de relação seria baseada em três premissas, que poderiam ser evidenciadas dentro deste primeiro modelo: 1º) Dominação política da metrópole sobre a colônia, 2º) Proteção ao comércio colonial de modo exploratório, 3º) A preponderância do caráter de exploração e da mão de obra compulsória.

Partindo deste conjunto de pressupostos que caracterizariam o *Antigo Sistema Colonial*, Fernando Novais apontaria para a existência de uma crise que perpassaria a transição do XVIII para o XIX. Como posta por Novais, esta crise é uma crise estrutural que se desenvolve a partir de certas conjunturas e este conjunto de eventos levariam ao colapso das relações de exploração entre Portugal e Brasil. A partir disto, Novais apresenta que as contradições são existentes dentro do sistema em si, a compreensão da crise do *Antigo Sistema* estaria comportada dentro da própria compreensão do sistema. A crise é, então, a realização (concreta e histórica) das contradições existentes dentro do Antigo Sistema Colonial. Desta forma, o argumento contido no livro de Novais é que o desenvolvimento do Sistema Colonial é o desenvolvimento da colônia. Este desenvolvimento entraria em colapso quando a metrópole se destacasse menos que a colônia afetando sua relação. Daí que algumas reduções ao esquema de Novais o colocariam apenas como uma crise da economia entre Portugal e Brasil.

O período analisado por Fernando Novais é retratado enquanto um período desfavorável para as relações entre Portugal e a colônia na América. Portugal passava por um momento de descompasso entre as outras elites europeias e a necessidade de retomada de uma posição central na configuração política mundial é a base para o desenvolvimento do interesse na colônia. Assim, existe uma relação inerente que se inverte e a metrópole passa a depender da colônia – a preocupação de Fernando Novais é principalmente a dependência econômica. Por essa preocupação, dentro da obra de Novais, é que se denota uma determinação econômica na análise, mostrando como há uma crise no *Antigo Sistema Colonial* quando da proeminência da colônia em detrimento à metrópole.

A tese de Fernando Novais é colocada, então, como um marco a partir do qual as questões sobre este tema serão colocadas e discutidas pela historiografia. A noção de *Crise do Sistema*, enquanto uma decadência nas finanças portuguesas será um ponto bastante discutido. Outra questão que será apontada como incorreção no trabalho de Novais, será a falta da apreciação, em suas análises, da comparação entre os eventos ocorridos entre Portugal e Brasil e todas as outras manifestações políticas ocorridas no oitocentos. Existindo, por parte

dos historiadores que retomam esta temática, um consenso o qual não devem ser interpretados eventos políticos individualmente. Sendo necessária a comparação entre os diversos movimentos e o ambiente revolucionário vivido no ocidente na transição do XVIII para o XIX.

Uma das obras que surgem enquanto uma recomposição do trabalho de Fernando Novais é o trabalho de João Fragoso. Em *Homens de Grossa Ventura (1790 – 1830)* o autor mostra que ênfase no aspecto macroeconômico do período colonial poderia muitas vezes atrapalhar a compreensão de outros processos presentes na época. Além disso, repensa a questão da acumulação primitiva e da transição para as formas “capitalistas”, retomando a perspectiva da posição de Portugal com relação a esses aspectos. Portanto, a metrópole lusitana, segundo Fragoso, utiliza a expansão marítima para sustentar uma economia incapaz por si só de sustentar sua reprodução.

Fragoso denota novas propostas que surgem para a análise das relações entre metrópole e colônia, no sentido de atualização de suas categorias. Desse ponto de vista, os fundos retirados das colônias não serviriam para acumulação primitiva de capital, mas sim para manter as estruturas já existentes.

Dessa forma a Independência brasileira, enquanto evento político, não existe. Interpretando a obra de João Fragoso o que ocorre é um desenvolvimento da economia na América portuguesa, que acaba por liberar da economia portuguesa o Brasil. Esta formulação pode ser evidenciada, também, em *O Arcaísmo como projeto* uma obra que ele escreve em parceria com Manolo Florentino. Nesta obra, eles apresentam um modelo para a compreensão do período que se apresenta enquanto alternativa ao modelo de Novais. A relação existente entre metrópole e colônia, nesta obra, não se apresenta como preponderante na mudança da organização do sentido dessa relação. O que ocorre é o desenvolvimento de formas diferenciadas de distinção social, existentes a partir de atitudes de geração e aplicação de renda. A prática de investimento, que não visava uma lógica capitalista, tinha como principal objetivo a criação de um *status quo* que se baseava principalmente na reunião de um cabedal de terras, que possibilitava esta distinção.

Buscando uma abordagem que apresentaria o caráter político da relação entre Portugal e Brasil no período o historiador Valentim Alexandre em sua obra *Os Sentidos do Império* (1994) compreenderá a partir da categoria de vulnerabilidade a situação vivenciada pelo Império português.

Neste período, assim como a Europa, Portugal passava por um momento de extrema movimentação política devido à expansão das tropas de Napoleão. Isto refletia em um estado de incertezas e de conseqüente instabilidade. Valentin Alexandre tratará em termos de vulnerabilidade este contexto. Para ele,

“É o conceito de vulnerabilidade, e não o de crise, o que nos parece melhor exprimir a situação do império português sul-atlântico e o tipo de dificuldades com que se defronta – uma vulnerabilidade permanente, estrutural, que já vem da origem do sistema, no século XVII, revelando-se mais claramente em todas as épocas de conflito internacional aberto à escala europeia, e que se acentua no início do século XIX, levando ao colapso de 1807” (ALENAXANDRE, 1993, p. 93).

Quatro pontos são os vetores estratégicos de Portugal neste período, principalmente a partir do XVIII. São eles: 1) defesa da metrópole Portugal perante a vontade expansionista da Espanha – Particularmente perigosa quando em aliança com a França, principalmente depois do tratado de Utrecht em 1713; 2) proteção dos tráficos coloniais – que era parte essencial do comércio externo português; 3) fixação dos limites territoriais favoráveis ao Brasil – principalmente impedindo a entrada da França pela Guiana e preservando os domínios territoriais do sul no rio da prata e 4) preservação dos pontos da costa africana de onde provinha toda a mão de obra escrava, e que pode ser compreendido como o motor de todo o sistema. Desta maneira, por maior o empenho de cada parte deste vasto império seria inconcebível a satisfação de todas as necessidades da defesa do território por uma pequena potência, como Portugal sem o recurso a apoios externos: e a Grã Bretanha oferecia estes apoios a Portugal. Três pontos básicos desta ligação amarram a análise de Valentin Alexandre.

Uma primeira condição básica para a sobrevivência da aliança estava na permanência do interesse britânico pela conservação do sistema imperial português. Este interesse na primeira metade do XVIII é claro uma vez que o império luso-brasileiro constitui um mercado importante para a produção da Grã-Bretanha e para a indústria dos derivados da lã. Estas vantagens atenuam-se com a decaída drástica na extração do ouro, que era a contrapartida principal das exportações britânicas. Outro ponto, os tecidos em algodão, produto chave da

primeira fase da revolução industrial inglesa, não detinham os privilégios que eram dados às lãs (lanifícios) no tratado de Methuen.

Um segundo ponto diz respeito ao cumprimento desta aliança para a parte portuguesa. Para Portugal a aliança cumpriria seu papel desde que proporcionasse a defesa eficaz do sistema imperial e da metrópole. Existia, porém, na análise de Valentim Alexandre, um limite que poderia ser o preço a pagar por essa defesa. Para Alexandre, este limite varia por influência das alterações econômicas e sociais da sociedade portuguesa, estreitando-se para finais do XVIII. Neste período, já se nota uma burguesia mercantil e industrial com peso junto ao aparelho de Estado. Esta nova camada da população estaria empenhada em resguardar das pressões inglesas a parte que detinha do mercado brasileiro.

Em terceiro lugar o funcionamento desta aliança entre Portugal e Grã Bretanha estaria a mercê das condições políticas de ordem mais geral, ligadas a relação de forças na Europa. E aqui temos um dos pontos mais singulares das propostas de Alexandre, para ele a hegemonia inglesa, afirmada, sobretudo, em termo de poder naval, poderia fazer perigar a aliança, na medida em que desvalorizaria a posição portuguesa no contexto da estratégia global da Grã Bretanha, não sendo de excluir, num caso extremo, a possibilidade de uma ação inglesa visando o desmantelamento do império luso-brasileiro.

Desta forma, a complexidade do período é evidenciada de maneira sistemática e referencia um novo conjunto de fatores que apresentam este momento vivido como fragmentado, desprovido de sistemas definitivos de normas, aberto a mudanças e transformações. Para além de uma conjuntura favorável, mantinha-se, no entanto, a vulnerabilidade estrutural do império português; as perturbações do sistema internacional nos vinte anos que seguem irão amplamente demonstrá-lo.

O trabalho de Jorge Pedreira é balizado na percepção da situação de Portugal sob a proposta da vulnerabilidade. Esta inadaptação das estruturas administrativas, jurídicas e políticas do Estado, evidenciaram certo descompasso, entre a situação social do reino e a consciência histórica da comunidade letrada, diagnosticando, em termos de atraso, a nação portuguesa. Para Jorge Pedreira o caráter político teria sido o grande problema enfrentado naquele período. Desta forma, emprega o conceito de vulnerabilidade para a descrição daquela conjuntura complexa e mutante vivenciada em Portugal. A análise do espaço de convergência entre os interesses dos corpos mercantis de Lisboa e do Porto e as perspectivas políticas de uma importante facção das cortes constituintes, o leva a concluir que apesar da

relevância das questões econômicas, a dinâmica que desembocou na secessão do Brasil teve um caráter essencialmente político (PEDREIRA, 2006). Desta forma, a complexidade do período é evidenciada de maneira sistemática e referencia um novo conjunto de fatores que apresentam este momento vivido como fragmentado, desprovido de sistemas definitivos de normas, abrindo a mudanças e transformações.

Existe um grande debate sobre a possibilidade da aplicação da categoria do *Antigo Sistema Colonial* enquanto forma heurística para a explicação dos acontecimentos. Todavia, podemos observar uma discrepância entre a crítica ao modelo (como proposta por Novais) e uma crítica à crise do que o modelo representa. É este segundo ponto que nos interessa aqui. Mesmo que o modelo não se bastasse enquanto explicação heurística a ideia de um momento específico vivenciado nos oitocentos é forte, e ela está presente nos escritos que apresentamos. Todas as obras, em algum sentido podem dialogar com o texto de Novais em um dos pontos que permanecem vívidos em sua obra; o fato de que esta crise seria um momento de redefinição dentro da política portuguesa. Há aqui uma redefinição, também, das categorias de metrópole e colônia.

Alguns trabalhos mais recentes trabalham com uma postura diferenciada de compreensão do período. Para István Jancsó não existe uma crise de declínio, não representa o fim de qualquer estrutura vigente, o que se nota é crise de **eclosão de possibilidades**. Este período seria, tanto para Portugal, quanto para Brasil um momento de criação de representações, de reconfiguração, de esgarçamento das formas tradicionais de existência cotidiana. Portanto, eram mudanças que não pertenciam ao plano estrutural, mas se evidenciaram por meio da mudança nos costumes. Há, então, um conjunto articulado de inovações que se reportam a uma conjuntura geral de modificações. Cria-se assim uma definição menos estática para este período, evidenciando, da mesma forma, a possibilidade das disputas políticas interferirem neste contexto.

Para Jancsó, neste período, não existiria a ideia de diferença entre metrópole e colônia. A incompatibilidade entre os dois polos imperiais seria indesejada. Existe uma busca pela manutenção das relações entre Portugal e Brasil que se apresenta fortemente a partir das ideias reformistas apresentadas desde Pombal. A formação de um ideal que buscava a criação de um grande império, restituindo o lugar de potência que Portugal ocupava outrora figura como uma das preocupações de políticos e homens de Estado. Assim, a complexificação das estruturas que suportam a eclosão de diversas propostas para o futuro. A pluralidade de

horizontes evidenciados pela política portuguesa cria alternativas impensáveis até então, como a transferência da corte real para o Rio de Janeiro, por exemplo, evidenciando uma inovação do panorama político. Não se trataria, para esta conjuntura, de uma crise do econômico, mas sim de uma crise no plano político, que encontra em acontecimentos externos ao Império português seu combustível definitivo.

A integração entre os movimentos a nível mundial deve ser levada em consideração para a compreensão das relações entre Portugal e Brasil. Elas possuem uma unidade. Devemos apreciar algo das formações coloniais em colapso nesta “Era das Revoluções” a partir da complexificação deste período. Algo de profundo ocorria nas formas sociais até então vividas. Desta forma, compreendermos que a história é fruto, também de um processo político e que cumpre uma agenda específica é essencial.

Desta maneira, o desenvolvimento peculiar dos eventos que, tanto em Portugal quanto na América portuguesa marcaram a crise do Antigo Regime Monárquico português, tais como a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, a elevação da Colônia do Brasil a condição de Reino Unido (1815), e a permanência de um legítimo herdeiro do trono, após a partida de D. João VI, em 1821, e a formação dos Estados e Nação brasileiros, mesmo que não coetaneamente, ganham novos significados e contornos, sob o foco das tensões, contradições e conflitos que perpassaram simultânea moldagem de ambos os fenômenos, que são, também, resultados de trajetórias humanas particulares (e seus vínculos) que se inscrevem nas múltiplas esferas da vida social (JANCSÓ, 2003, *passim*). Desta forma, irrompem-se, a partir de seu caráter de reinvenção do projeto nacional, ora portadora do conhecimento da específica dinâmica na qual ele ocorre.

Os estudos sobre este tema desenvolvem-se amparados na concepção de “crise<sup>8</sup>”, estão também observando a provisoriedade das formas e significações que com ela se instalam. Desta maneira este enfoque diferenciado tem revelado a polissemia dos conceitos e referências geopolíticas que dizem respeito ao nacional. O que se compreendia por pátria, Estado, povo, território e nação é de substancial importância na reavaliação de uma historiografia moderna (já relacionada acima) denunciando a artificialidade de suas conotações modernas, como é o caso da formação do “Nação-Estado”, e, também, auxiliando

---

<sup>8</sup> Como já destacamos, esta concepção de crise como “crise geral do sistema” vem sendo revisitada, assim esta categoria é aqui empregada como reveladora de um contexto de extrema movimentação política, de instabilidade e incertezas. Neste sentido, vale evocar as propostas de Reinhart KOSELLECK (1999), onde a crise surge de um ambiente de crítica, elaborada pela interação de homens de letras, em um ambiente às margens do Estado, na medida em que o senso político lhes escapava.

na observância da possibilidade de usos mais antigos, que convivem e mesmo legitimam o processo de constituição política das nações.

### *O Poderoso Império*

O tema da independência do Brasil recebeu, por parte dos historiadores, grande atenção nos últimos anos. Instigados pelas interpretações historiográficas que não explicam satisfatoriamente a independência, prezando por um viés interpretativo que transforma os acontecimentos políticos em “fatos objetivos” e colocam a mudança nas relações entre Portugal e Brasil, na virada do XVIII para o XIX, como um desfecho previsível do sistema colonial, busca-se uma reavaliação deste contexto objetivando complexificar estes acontecimentos. Para o Brasil, observou-se mais que um afastamento e ruptura com a antiga metrópole há um movimento de aproximação, mantendo a unidade política de todo o território que compunha a América portuguesa; se constitui em Império adotando a forma monárquica, forma essa estranha ao Novo Mundo. A importância do diálogo com o trabalho de Maria de Lourdes Lyra se dá pelo fato que ela consegue através de significativo rastreamento da conjuntura política, do quadro ideológico e das concepções de Estado recorrentes nos finais do século XVIII e no início do Século XIX atentar para o “papel desenvolvido pelas utopias, crenças e mitos no pensamento político da época”. Neste sentido, a formação de um Império Luso-brasileiro é compreendido enquanto produto de uma agenda política, inserido em um contexto de múltiplas possibilidades, menos que um fato historicamente dado.

Profundas transformações, representadas pelo momento histórico vivido nas revoluções americanas e francesas na política europeia e a apreciação das diferentes conteúdos do iluminismo apontam para o iminente fim das relações coloniais entre Portugal e Brasil. Todavia, o que percebemos é uma rearticulação da relação entre metrópole e colônia que apontava, no século XIX para uma relação de proximidade e menos para uma forma de exploração e sujeição. A reinterpretção dos vínculos entre Portugal e Brasil apresentam, então, caminhos que assegurassem a integridade da monarquia e da Nação. A idealização de um Império no Brasil, desta maneira, é observada dentro dos discursos dos chamados luso-brasileiros. Trataremos mais pormenorizadamente dos temas da estratégia política reformista adotada por Portugal.

As propostas das reformas políticas portuguesa podem ser concisamente expressadas enquanto uma absorção do Estado, por parte dos governantes ou de seus ministros, de alguns dos novos princípios desenvolvidos no contexto do Iluminismo. Estas propostas apontadas como práticas de governo auxiliaram na adoção de políticas de reformas em questões pontuais do sistema para evitar movimentações de pressão sobre a ordem vigente. Em Portugal, estes princípios foram adotados enquanto formas de controle do Estado. Duas características ressaltam isto: 1) O Estado seria compreendido enquanto organização política e assim o estado de conflito (ou estado de natureza) deveria ser tutelado pelo Estado. Dessa forma, o poder absoluto do rei seria necessário à maior proteção e a garantia dos direitos naturais – uma vez que liberdade e igualdade seriam características intrínsecas aos seres humanos. E 2) O Estado deveria criar recursos humanos necessários a esta nova forma de política. Neste sentido são evidenciadas as reformas aplicadas a educação e a administração. O objetivo das Reformas Ilustradas era, então, o fortalecimento do Estado monárquico através de um programa geral de reorganização da estrutura administrativa. Assim, buscavam, através de uma centralização racional das funções, tornar a estrutura administrativa mais eficaz.

Os efeitos reais das políticas implantadas pelo Reformismo Ilustrado se tornariam mais claros quando do desenvolvimento de estratégias, desenvolvidas por Portugal, para manutenção de suas porções territoriais. Durante o século XVIII, o objetivo desse movimento foi o de responder, em meio a uma situação desconfortável, ao problema da superação desse período sem rupturas entre Portugal e suas colônias. A criação da *Academia Real das Ciências de Lisboa* (1799) deve ser referenciada, aqui, como um projeto de sistematização de um programa de reformas a ser executado pelo governo. Buscava-se uma proposta que conseguisse “administrar” as várias propostas individuais dentro de um corpo único com um horizonte comum e com o objetivo de reforçar a monarquia e o Estado português. Desta maneira o governo buscava, a partir da participação ativa dos ilustrados, repensar a nação e traçar novas diretrizes políticas para assegurar a existência do Reino e promover o desenvolvimento do império. Repensar as causas do atraso do reino, analisar as variadas faces da conjuntura, estudar formas alternativas de desenvolvimento e apresentar sugestões práticas quanto à superação dos entraves para abrir caminhos rumo ao progresso, passou a constituir temas centrais que exigiam discussão urgente para a melhoria dos resultados imediatos. Uma prática racionalista de atuação política agindo diretamente na solução do que era identificado como problema.



As *memórias* apresentadas à Academia possuíam o intuito de, objetivamente, contribuir de uma maneira prática (ativa) para a melhoria de certo setor a partir de um programa diversificado. Desta maneira, tanto os ilustrados portugueses como os enviados no Ultramar tinham a intenção de consultar os recursos de posse do reino, bem como os percalços enfrentados nestes locais, sob a finalidade da sua apresentação de maneira sistemática e objetiva, contribuindo para a construção de novas práticas, racionalizando, seja técnicas de exploração e diversificação da produção ou, as estruturas de administração e comércio da metrópole. Estes estudos, elaborados sob a égide do saber racional, intentavam remover os obstáculos presentes na manutenção e restituição, uma saída para a situação portuguesa, visando sempre o progresso do império português.

Conforme podemos acompanhar, este movimento de integrado de reflexão sobre os recursos do império português visavam à formulação de uma política que aproximava os interesses existentes entre a colônia e a metrópole, causando uma mudança significativa nas maneiras de compreender os conceitos de metrópole e colônia. Significava, neste momento, uma parceria com a finalidade do bem do império e Nação portuguesa, menos que pura exploração com a finalidade de enriquecimento de Portugal. Ainda, podemos verificar que ao desenvolverem seus projetos estes ilustrados, estavam enredados em uma forma política sintonizada com novas atitudes do pensamento moderno e novas formas de organização postuladas à sociedade da época. Este movimento, configurado em prol da recuperação do império português e ancorado no ideal da permanência da união metrópole-colônia, liderado pela *ilustração* luso-brasileira, contém elementos essenciais ao aprofundamento da discussão sobre os condicionamentos do processo da transferência da corte e, sobremaneira, sobre o nosso objeto neste trabalho.

O desenvolvimento das propostas para a criação do novo império português estava, também, presente nos ilustrados nascidos em terras brasílicas. Neste sentido, os escritos do bispo Joaquim José da Cunha de Azeredo Coutinho devem ser destacados. Seus escritos revelam uma preocupação central com a problemática do império português, desenvolvidos através de um grande empenho na elaboração de um programa integrado de desenvolvimento entre metrópole e colônia – especialmente recebe interesse a colônia do Brasil.

Através da participação dos ilustrados nascidos no Brasil, ia se configurando o plano de converter o antigo e já debilitado império colonial no novo Estado imperial onde as partes apareciam em posições iguais e os coloniais como membros natos da nação portuguesa. Ao

lado dos estudos desenvolvidos para a Academia Real das Ciências existiram outros estudos, que são realizados sob a mesma motivação e possuíam o mesmo objetivo reformista. Estes estudos, certamente fizeram parte desta conjuntura e estavam enredados nesta agenda política. Quando apresentados aos mais diversos órgãos da administração demonstravam a existência de um movimento cujo objetivo seria a modernização do império português. Todavia, este processo modernizador seria encaminhado pelo ideal das reformas. Partiremos para uma apresentação mais pormenorizada de um dos maiores nomes desta prática de governo reformista o Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho.

As formulações, pensadas em termos de uma “nação portuguesa” extrapolavam a conjuntura da saída de Portugal para o Brasil, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e fundamentavam-se, assim, na tradição do pensamento político português. A partir dessa permanência, daí que a figura de D. Rodrigo de Souza Coutinho deve ser destacada. Souza Coutinho esteve interessado em criar condições para que se concretizasse a ideia de uma nova unidade imperial, baseada em relações de solidariedade entre metrópole e colônias para maior proteção dos interesses comerciais recíprocos. Reunindo intelectuais em torno de seu projeto regenerador e oferecendo-lhes condições para estudar medidas práticas que implantassem reformas administrativas e econômicas para a recuperação do Império, traçava assim, profundas alianças ideológicas entre homens que teriam grande influência na política brasileira – José Bonifácio pode ser citado como exemplo, e a causa da unidade do Estado monárquico português. Para Maria de Lourdes Lyra, tratava de ser o trabalho de D. Rodrigo esclarecer o papel dessa ação conjunta da Ilustração luso-brasileira, vendo-a como representação de um só movimento pautado num único projeto com vistas a um mesmo objetivo: o reforço dos laços de unidade entre Portugal e o Ultramar, com o Brasil em especial, buscando o desenvolvimento integrado de um novo império unificador da “grande nação portuguesa”.

Entre as principais questões abordadas em inúmeras *memórias* como merecedoras de imediata atenção estavam melhor preparo técnico para aumento da atividade mineradora maior incremento da agricultura e do comércio do Brasil e conseqüente abertura de vias de comunicação; abolição do sistema de contratos e diminuição da carga tributária. D. Rodrigo procurou utilizar os dados coletados como meio de ação do Estado integrando as formulações recebidas dentro de um *programa de reformas* para a melhoria do governo e administração do Império. Como profundo conhecedor da situação nacional, completamente dependente das

riquezas coloniais, sabia ser a arrecadação dos impostos a questão mais fundamental e acreditava que da implantação de uma apolítica fiscal mais justa dependeria o êxito de uma nova orientação a ser seguida.

Durante o período conturbado de constante agitação social se destacam algumas das iniciativas do governo português. Elas podem ser tomadas como um momento forte de determinação do reformismo ilustrado, na tentativa de contornar a crise e assegurar a união entre metrópole e colônia. Entre elas o *programa de reformas* que tratamos acima. Este programa consistia em um conjunto de propostas apresentados por D. Rodrigo à Junta Ministerial com o intuito de modernização da administração visando a sobrevivência do Império e da Monarquia portuguesa. Pautado nas ideias de mudança moderada pregadas pelo Abade Raynal, inspirado na concepção de império Atlântico de Adam Smith, e seguindo a trilha aberta em Portugal pelo bispo Azeredo Coutinho. A segunda refere-se à fundação da *Casa Literária Arco do Cego*<sup>9</sup>, em 1798. E uma terceira, foi a fundação o *Seminário de Olinda*, também em 1798. Tratava-se de uma instituição centrada na divulgação do saber e na formação ideológica de uma camada dirigente na colônia, cuja ideia de criação encontrava-se intimamente ligada à diretriz geral da nova política encetada pelo governo ilustrado.

Pensar o programa de reformas e o esforço ilustrado na produção e divulgação do conhecimento, bem como a criação de instituições de ensino para a formação do quadro administrativo colonial, tanto em Portugal como no Brasil, nos apresenta um modo perspicaz de compreensão da conjuntura política, não só do império como da Europa, pelo reformismo ilustrado. Tais pressupostos revelam o vínculo do pensamento dessa elite com a proposta de transferência da corte para o Rio de Janeiro e com as medidas políticas implantadas, a partir de então, na nova sede da nação. Neste sentido, nos apresenta Lyra, a compreensão do projeto de utopia do poderoso império representa o movimento pelo qual estes homens políticos, neste início do século XIX recuperam a imagem utópica do “Quinto Império” formulada pelo padre Antônio Vieira, no século XVII, por ocasião das guerras de Restauração. A concretização desta utopia poderia ser plena em um território repleto de potencialidades e grandiosidade territorial. Iluminado pelo ideário da *Ilustração* e pelos princípios do liberalismo e vinculado às *Reformas*, O Império que se propunha deveria ser vasto e

---

<sup>9</sup> Essa instituição desde 1798, quando começou a funcionar arregimentava estudantes vindo do Brasil, para a tradução dos estudos científico e técnicos, produzidos nos países mais adiantados, e na elaboração de guias práticos para a divulgação do conhecimento experimental na colônia, além da publicação de *memórias* e *ensaios* voltados para o mesmo fim.

poderoso. Vasto, certamente, pela reunião de uma vastíssima extensão territorial. Poderoso, uma vez que rearticulava todos os laços existentes entre metrópole e colônia, recolocando em termos de reciprocidade essa relação. Restaurar a forma da monarquia era emancipar o Brasil da sua antiga situação.

Podemos compreender, portanto, este movimento de projeção de um império fora dos contornos da metrópole, pensado na integração e atuação parrelha entre Portugal e Brasil, como um movimento que atuava em duas frentes. Primeiramente, parecia segundo os ilustrados enredados em nossas análises constituir a saída mais proveitosa para a situação vivenciada por Portugal, frente às outras metrópoles europeias. Neste sentido, a colônia era visto como projeto de restituição da riqueza e do prestígio da Nação. Em segundo lugar, como as terras do Brasil passavam a ser compreendidas enquanto parte privilegiada do Império português a aproximação da Coroa e a preparação de um corpo administrativo sólido conseguiria resguardar a integridade do território frente a possíveis ameaças como as que já ocorriam nas outras partes da América. Assim, modernização do império significava, também, o reforço da monarquia absolutista.

### *Condenação do sistema de dominação colonial*

A partir de meados do século XVIII aconteciam na América várias independências, fragmentando o território de domínio Espanhol. As políticas portuguesas começavam a observar preocupadas essas revoluções, temendo a chegada dessas propostas de uma maneira forte no território de sua colônia. Dentre as bases filosóficas desse movimento político temos uma retomada do direito natural e a crítica à desigualdade do tratamento entre metrópole e colônia. Nesse sentido, a subordinação seria uma anormalidade dentro de um estado de natureza, e a colonização, por sua vez, uma forma de governo a ser criticada. O objetivo dessa seção é apresentar o pensamento desenvolvido por Abade Raynal, tomando-o como base para as formulações sobre a ruptura entre a metrópole e as colônias hispano-americanas.

Abade Raynal figura como um dos grandes nomes do Iluminismo. Viveu entre 1713 e 1796, deixando uma vasta obra e uma enorme desilusão sobre como a Revolução que ajudou a preparar. Escreveu para o periódico *Mercure de France*, e em suas obras transparece sua proposta política monárquico-liberal. Raynal acreditava em uma política moderna apoiada em

uma justiça e direitos externos e uma ordem estabelecida por homens ilustrados e um rei virtuoso. Sua decepção com a Revolução era a não compreensão do impulso das multidões irritadas e sua conciliação com os princípios iluminados. De fato era mais reformador que revolucionário, sendo a revolução o limite da dificuldade que enfrentava.

A entrada de Raynal na acirrada polêmica do Novo Mundo se deu exatamente por suas fórmulas ambivalentes, que ora sinalizam para a indignação com a desigualdade e a tirania e do Velho para com o Novo Mundo, ora demonstrava preocupação, em alguns momentos, com a possibilidade de uma ruptura explosiva. Exibe um elenco de conselhos para a América não repetir os erros do Velho Mundo chamando a atenção para as fraquezas do território Americano, ao mesmo tempo em que anunciava a América como terra da liberdade. No pensamento de Raynal a natureza assume duas funções: 1º) pode ser compreendida através da História Natural; 2º) o conhecimento da natureza explicaria as leis que regulam a história humana e, portanto desautorizam o despotismo e a desigualdade. Raynal, junto com as contribuições de Diderot, aponta para a remoção dos obstáculos à ordem natural, através da valorização da liberdade. Ao compreender a liberdade e a justiça como meios de libertação social e de eliminação das desigualdades Raynal busca a convicção de que a desigualdade é um mal a ser removido ‘cirurgicamente’, e a revolução seria o instrumento mais adequado para fazê-lo.

A obra de Raynal aporta na América portuguesa junto com o ineditismo de uma experiência história que apresentava, ineditamente, um exemplo concreto de ruptura política entre colônias e metrópoles. A independência das Treze Colônias e a *Histoire des Deux Indes* de Raynal se integrariam no imaginário político luso-americano, logo permeado também com os acontecimentos da França, a partir de 1789, e de São Domingos, a partir de 1791. Nenhum desses movimentos precipitaria de imediato a eclosão de outros, de natureza semelhante, no mundo colonial português; no entanto, manifestações de descontentamento com a gestão política metropolitana iam se tornando mais agudas, com seus implicados revelando conhecimento do que se passava mundo afora e mobilizando a atenção dos estadistas lusos empenhados na reforma de um estado de coisas que, reconhecidamente, se encontrava em desarranjo; o que configurava um dos muitos quadrantes de uma crise geral que englobava todo o mundo ocidental.

As diferentes leituras da *Histoire* na América Latina se inserem nas condições de recepção e reinterpretação dos modelos da Ilustração nas colônias portuguesas e espanholas.

As ideias francesas<sup>10</sup>, como era comum se chamar, difundiram-se entre a elite colonial, que apresentava, como marca de distinção, tanto a passagem pelo sistema de educação, quanto a pertença ou o acesso ao círculo dos funcionários, comerciantes e proprietários. As Luzes se propagaram como debate e discussão de ideias e princípios no seio das camadas letradas, excluindo a maioria da população, formada de indígenas, negros, mestiços e indivíduos sem propriedade.

Na introdução à *Histoire des Deux Indes*, Raynal observa que a descoberta do Novo Mundo e a passagem para as índias trouxeram uma *revolução* econômica e política, responsável pelo alargamento da visão de mundo do homem moderno: "Começou então uma revolução no comércio, no poderio das nações, nos costumes, na indústria e no governo de todos os povos". A oposição entre a Europa e a América é decisiva para a formação da consciência moderna, tornando manifesta a "superioridade" do "homem civilizado" e a possibilidade de "progresso", que tem como evidência histórica a figura do "homem selvagem" do ultramar. Ao mesmo tempo, o homem americano adquire uma significação histórico-filosófica pela imagem do reino da natureza, em que a liberdade e a moral universal se realizariam através da igualdade entre os indivíduos. A interferência de dois discursos na representação do "mundo selvagem", um de apologia da felicidade natural, outro de afirmação das vantagens da civilização, "indica uma visão ambígua, em que aflora a percepção de uma realidade contraditória".

A fonte comum do colapso das monarquias ibéricas entre 1807 e 1808 criou uma situação aparentemente díspar: enquanto a acefalia da monarquia espanhola conduzia à fragmentação da unidade imperial borbônica, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil obedecia a uma estratégia de manutenção da unidade imperial bragantina, sobretudo de preservação de suas extensas e ricas possessões americanas. No entanto, o imediatismo de tal disparidade não se sobrepunha à profunda articulação que colocava Espanha e Portugal lado-a-lado numa mesma crise que, em termos práticos, implicava a mais séria ameaça jamais

---

<sup>10</sup> Em Portugal e no Brasil eram proibidos, sobretudo, autores franceses, como Raynal, D'Alembert, Buffon, Condorcet, Condillac, Diderot, Mably, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, em uma lista que incluía a maior parte dos filósofos da Ilustração. A censura portuguesa havia vetado ainda os *Essais* de Montaigne, *La princesse de Clèves* de Mme. de la Fayette, as *Fábulas* de La Fontaine, os *Contes Moraux* de Marmontel. Diversos livros traduzidos na língua francesa se encontravam proscritos, ou podiam ser lidos somente com *licença*, como obras de Pope, Swift, Sterne, Goethe, Robertson, Hume, Hobbes e Locke. *The Wealth of the Nations* de A. Smith e a tradução francesa de *Rights of Man* de Thomas Paine também estavam proibidos. O controle de obras, sob a responsabilidade da Inquisição, do Santo Ofício e do Rei, é unificado em 1768 pelo futuro Marques de Pombal com a criação da Real Mesa Censória, organismo substituído em 1787 pela Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros.

enfrentada à existência política dos dois impérios. Publicamente reconhecida pelas suas respectivas instâncias representativas, a gravidade de tal situação impunha pronta mobilização.

Possibilidade, inevitabilidade e desejo de independência da América compunham um mesmo espectro multifacetado de ideias, discursos e práticas, que se plasmavam no conceito de emancipação. No mundo luso-americano, a equação entre estes termos se redefine no momento em que ficam claro que as desventuras pelas quais passava a América espanhola – conflitos de posições, guerras civis e uma profunda instabilidade – se faziam presentes também no mundo português. Em 1817, dois projetos contestatórios distintos e igualmente sérios vieram à tona na América portuguesa – a revolução republicana na capitania de Pernambuco e adjacências - e em Portugal peninsular – a conspiração liderada por Gomes Freire de Andrade, logo após a Corte do Rio de Janeiro materializar a dimensão agressiva de sua política externa americana com a ocupação de Montevideú. No mesmo ano, vinham à luz, em Paris, duas obras do já célebre abade De Pradt, que há algum tempo vinha prognosticando não apenas a independência da América espanhola, mas na sua esteira, também a da América portuguesa: *Des colonies et de la révolution actuelle de l'Amérique* e *Des trois derniers mois de l'Amérique et du Brésil*. Inteirando-se dos acontecimentos de seu tempo, acompanhando-os e analisando-os, De Pradt atualizava suas ideias centrais em uma larga e dinâmica produção editorial. Seus prognósticos se fizeram intensamente presentes nos espaços públicos de discussão política luso-americanos, e seu nome cada vez mais uma referência positiva para aqueles que começavam a acreditar não apenas na possibilidade, mas também na inevitabilidade e benignidade da separação de destinos entre Portugal e Brasil.

O que caracterizava as singularidades do Novo Mundo está a desigualdade com o qual é tratado pelo Velho Mundo. A América apresentava ao mesmo tempo uma terra com potencial de desenvolvimento da igualdade, todavia necessitava de um acompanhamento para esta solução. O conteúdo desta polêmica poderia ser desenvolvido da seguinte forma: de um lado uma perspectiva do homem selvagem e da natureza americana, e de outro, o homem americano apto a regenerar os vícios do Velho Mundo pronto a romper as amarras que os mantêm vassalos de suas metrópoles. Em síntese, vale ressaltar alguns elementos concernentes ao papel da revolução na *História das Duas Índias*. Raynal certamente se inscreve na tradição Iluminista ao pensar a Revolução como forma de expressão das desigualdades e injustiças. E, situando *A Revolução da América* na historiografia das Luzes,

podemos afirmar que a cunhagem de um conceito de revolução aplicado a uma situação concreta implicou uma aceleração do tempo histórico, pensado, agora, em função das transformações ou saltos da sociedade.



## Capítulo 2: As memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis.

No fim do século XVIII a Europa passaria por um momento de extrema movimentação política, se estendendo sobre a legislação, a justiça, a cultura e a economia. François Xavier Guerra considera que o sistema de referenciais existentes na sociedade europeia estava em mudança. Para Guerra:

De hecho se trata de un conjunto de mutaciones múltiples en el campo de las ideas, del imaginario, de los valores, de los comportamientos. No podemos tratar aquí de su extraordinaria complejidad; solamente insistiremos en lo que puede ser considerado como el centro del nuevo sistema de referencias: la victoria del individuo, considerado como valor supremo y criterio de referencia con el que deben medirse tanto las instituciones como los comportamientos. (GUERRA, 1992, 23).

O surgimento do indivíduo, neste período do XVIII, como sendo o centro das novas referências da sociedade europeia deve ser compreendido a partir de duas premissas que consideramos indispensáveis. Primeiramente, temos os ideais do *Esclarecimento* e o surgimento de uma metafísica individual na qual o sujeito seria incentivado a se libertar e criar seu próprio caminho. Esta é basicamente a proposta de Imanuel Kant, no texto de 1784, *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento (Aufklärung)*. Diz Kant:

Esclarecimento (Aufklärung) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (KANT, 1784).

Outro ponto que deve ser lembrado são as transformações ocorridas nas relações sociais dentro desta sociedade do XVIII. Neste sentido, Norbert Elias apresenta que a

intensificação das relações destes sujeitos apresentaria uma transformação também na sensibilidade e maneiras, polindo os indivíduos e complexificando as relações de poderio. Ao se perguntar sobre a possibilidade das formações sociais insurgentes neste período diz Norbert Elias,

O estudo precedente [Volume I da coletânea] tentou dar uma resposta a essas perguntas. E ela é muito simples: planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. *Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou, ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem.* É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador. (ELIAS, 1995, p. 194. Grifos no original).

Para Reinhart Koselleck (2006) o tempo histórico se constitui no processo de determinação da diferença entre passado e futuro. As categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” indicam uma condição humana universal e correspondem a uma dimensão antropológica estruturante e fundamental. As noções de recordação e esperança movimentam e produzem a relação de forças entre o passado e o futuro. A tensão dessas duas esferas temporais constitui o tempo histórico. Deste modo, Koselleck defende que o conhecimento de um tempo histórico pressupõe a compreensão das relações que se desenvolvem entre passado e futuro, lembrança e esperança, experiência e expectativa. Essas categorias entrelaçam futuro e passado e dirigem as ações concretas no curso social e político. Ao analisar a relação entre experiência e expectativa na modernidade, os estudos de Koselleck mostraram que ela caracterizava-se pela produção da distância, e a tensão dessa relação foi reavaliada pela noção de progresso, associado à noção de aperfeiçoamento infinito, que organizou a crise gerada pela experiência frustrante da espera pelo fim do mundo. Contudo, apesar de nos basearmos nos estudos do historiador alemão, ressaltamos a necessidade de compreendermos as especificidades do tempo histórico moderno em Portugal no seu período

embrionário relacionado com eventos como a invasão napoleônica, a transferência da corte e a Independência do Brasil.

A importância da elaboração de uma contextualização histórica se dá na própria proposição do ato de interpretar. Assim, ao situarmos um texto em seu contexto adequado não buscamos nos limitar na construção de um ‘quadro histórico’. Acreditamos que a mobilização conceitual, inserida dentro de um espaço e tempo específicos, é constituidora de formas de racionalidade e são também formas de atuação política e de pensamento. Desta forma, a mobilização de determinadas estruturas linguísticas cria, também, um vocabulário portador de significação e que desempenha, ao nível do gesto e representação, uma unidade cultural dentro de determinado grupo político (SKINNER, 1989). Para o nosso estudo interessa aqui uma descrição de traços pertencentes ao Iluminismo e especificamente para Portugal apresentaremos algumas de suas bases conceituais que se remetem a Segunda Escolástica.

Várias são as maneiras de se interpretar o Iluminismo Europeu, algumas já clássicas na historiografia, outras recentemente formuladas. Uma grande tradição de estudos adotam a primazia da perspectiva Francesa, observando todo o fenômeno europeu como uma projeção das ideias e relações francesas, especialmente as de Montesquieu, Voltaire, Diderot, D’Alembert, d’Holbach e Rousseau. Outra aproximação visa o Iluminismo como uma reorientação intelectual inspirada, sobretudo, pela escola de ideias e ciências inglesas, especialmente os esforços de Locke e Newton e oferece suporte não somente entre os anglófonos, mas também para alguns pensadores do continente. Recentemente, observou-se mais a proeminência de se situar não um Iluminismo, mas juntamente uma constelação, ou família de “Iluminismos”, interligados, porém distintos, crescendo em distintos contextos nacionais.

Se seguirmos embasados nestes pressupostos devemos concordar com Jonathan Israel. Para o autor, existe na Europa uma grande coesão, principalmente para este período específico, nos quadros gerais do Iluminismo. O que torna desta forma o Iluminismo Europeu como um único movimento cultural e intelectual, que “sem dúvida contém diferenças no tempo, porém em sua maioria está preocupado com os mesmos problemas e embasado nas mesmas obras”. Para Israel, esta integração é evidenciada pelos novos canais de comunicação como jornais, revistas e os salões e *coffee-shops* além de várias outras formas de dispositivos culturais dos jornais eruditos e uma biblioteca compartilhada em comum (ISRAEL, 2001). Desta maneira, ao elaborarmos um breve encaminhamento desta fundação do pensamento

moderno na Península Ibérica, não pretendemos elaborar uma gênese da modernidade, mas sim apresentar certa organização dos pressupostos políticos anteriores a Ambrósio dos Reis. Assim, nos deteremos primeiramente na apresentação de três autores que embasam este pensamento ‘moderno’ predominante entre os autores da Reforma nos séculos XVI e XVII. Consequente nos aterá às Reformas propostas por Pombal no século XVIII e seu desdobramento em homens públicos como Ambrósio dos Reis.

Antônio Paim, em texto clássico, “História das ideias filosóficas no Brasil” de 1974, remonta as fundações da filosofia moderna portuguesa às formulações de Pedro da Fonseca (1528/1597), Francisco Suárez (1548/1617) e Francisco Sanches (1551/1623). Segundo Paim, Pedro da Fonseca ingressou na Companhia de Jesus em 1548 e lecionou na Universidade de Coimbra durante vários anos. Foi a principal autoridade filosófica contemporânea na qual se apoiou o “curso coimbreense” (*Cursus Philosophicus Coninbricensis*). A obra filosófica de Pedro da Fonseca é constituída de seis volumes dedicados ao estudo da metafísica Aristotélica, um dos quais, 1591, denominado Introdução à Filosofia. Atribui lugar de primeiro plano às questões relacionadas ao conceito de ente, à natureza da substancia, ao principio de individualização etc., além de que não se apega a soluções rígidas, entendendo que em cada uma das afirmativas que se opõe, aparentemente de modo irreconciliável, há sempre algo a ser admitido (PAIM, 1974).

Com Francisco Suárez o sentido moderno da escolástica barroca se explicita de todo. Para o pensador espanhol, como para seus contemporâneos e predecessores imediatos, tratava-se de impulsionar aquela curiosidade por uma metafísica autônoma, que permitisse abrir caminho à teologia escapando, simultaneamente, à sua tutela. Mas, ao contrário dos primeiros, que buscavam ainda os verdadeiros temas dessa meditação, para Paim “Suárez é que afrontará diretamente o problema central: a conquista de um princípio ontológico do qual se pudesse derivar qualquer outro conhecimento” (PAIM, 1974). Essa pesquisa situa-o como figura central do ambiente cultural em que vieram Descartes e outros filósofos do século XVII.

Francisco Sanches (1551/1623) em sua obra fundamental “Que nada se sabe” de 1581 (*Quod nihil scitue*) combate o aristotelismo e reclama o exame direto das coisas, submetendo-se os dados da experiência à análise crítica do juízo. A crítica de Francisco Sanches ao silogismo aristotélico não se completa com a formulação de um novo método, mas o situa

entre os pensadores renascentistas que contribuía para a formação do clima espiritual propício à obra afirmativa de Bacon, Galileu e Descartes.

Por estas participações no contexto de formação das ideias modernas em Portugal, parece evidente o papel da obra de Pedro da Fonseca, Francisco Suárez e Francisco Sanches na gestão deste pensamento moderno e comprovada sua influência durante o século XVII. Segundo Paim, (1974) na Contrarreforma portuguesa predominaria o espírito ‘escolástico’ – se por isto entendemos um estilo de pensamento circunscrito à repetição de princípios já estabelecidos, onde não se fazem presentes a inquirição, a dúvida ou a pesquisa liberta de preconceitos. Desta maneira, esse predomínio acha-se expresso na *Ratio Studiorum*, no monopólio virtual do ensino exercido pelos jesuítas e na ferocidade da censura inquisitorial e dos próprios Tribunais do Santo Ofício, ao longo do século XVII e na primeira metade do seguinte. Até a Reforma pombalina (1759), o ensino em Portugal subordinou-se às linhas estabelecidas pela *Ratio Studiorum*, aprovada em forma definitiva nos começos do século XVII e que sintetiza a experiência dos jesuítas, regulando cursos, programas, métodos e disciplina das escolas da Companhia (PAIM, 1974).

Já no fim do século XVIII a Europa passaria por um momento de extrema movimentação política, se estendendo sobre a legislação, a justiça, a cultura e a economia. Em Portugal, desenvolveram-se reformas na administração, nas possessões coloniais, na educação, no direito. Por trás destas reformas, existia um conteúdo ideológico-político ilustrado, que constituía uma ruptura com as práticas e pensamentos políticos até então vigentes. Por conseguinte, a primeira metade do século XIX é permeada pela necessidade de reorganização política do território europeu. Para a elite letrada portuguesa a entrada nesse novo século traz a necessidade de repensar seu sistema colonial. Esta elite, afetada pelo medo de revoluções liberais, desenvolve um projeto de modernização de seu sistema político apoiada, principalmente, nos ideais de restauração do Estado português.

Deve-se ter em conta que o discurso presente nestes ideais de modernização dos quais estamos tratando compartilhavam conceitos caros às formas de governo, as quais se opunham. Ou seja, eles necessitavam se estabelecer sobre linguagens políticas já praticadas. A importância deste aspecto, como nos propõe Skinner (1999), está na composição do discurso inovador. Para ser legítimo como inovador o discurso deve falar a língua da comunidade com a qual dialoga. Portanto, a crítica ao momento vivido e a construção de uma nova opção política e de pensamento encontram o limite da linguagem que pode ser distendida, porém não

rompida, sob o risco do discurso cair no vácuo. É possível identificar alguns traços de permanência nesse processo de transição, como o catolicismo e o monarquismo.

Para François-Xavier Guerra (1992), o ideal de modernização mobilizado pela península Ibérica possuía um caráter de união entre Reformismo e Iluminismo. Ambos compartilham uma mesma hostilidade frente os corpos sociais e seus privilégios, assim como um conceito unitário de soberania e uma relação binária entre o poder e os indivíduos. Os limites das representações do imaginário no absolutismo e nas elites modernas são tênues e por vezes não se diferenciam. Estes elementos comuns unem o “despotismo ilustrado” às elites modernas durante boa parte do XVIII.

Ao proporem uma reorganização das políticas de Portugal, esses ilustrados buscavam a manutenção da Coroa. A comunidade letrada portuguesa, no corpo de estadistas e publicistas, propunha um alinhamento entre a coroa portuguesa e sua colônia na América. Esta busca dava-se, sobretudo, pela tentativa de criação de um império poderoso e coeso, que possibilitasse a reforma dos poderes da Coroa portuguesa e consentisse a sobrevivência da Nação (LYRA, 1994). Isso reflete na política da nação de Portugal ao observamos que ela aglutina ora elementos que derivam da necessidade de modernização, ora elementos que são conservadores por excelência.

Em Portugal, neste período, desenvolveram-se reformas em vários campos sociais como na administração, nas possessões coloniais, na educação e no direito. Embasando estas reformas, existia um conteúdo ideológico-político ilustrado, que constituía uma ruptura com as práticas e pensamentos políticos até então vigentes. Portanto, é necessária a compreensão da relação destas propostas com as ideias que circulavam por Portugal e por onde passavam as discussões acerca das políticas da Nação.

Por conseguinte, a primeira metade do século XIX é permeada pela necessidade de reorganização política do território europeu. Para a elite letrada portuguesa a entrada nesse novo século traz a necessidade de repensar seu sistema colonial. Esta elite, afetada pelo medo de revoluções liberais, desenvolve um projeto de modernização de seu sistema político apoiada, principalmente, nos ideais de restauração do Estado português.

Deve-se ter em conta que o discurso presente nestes ideais de modernização dos quais estamos tratando compartilhavam conceitos caros às formas de governo, as quais se opunham. Ou seja, eles necessitavam se estabelecer sobre linguagens políticas já praticadas. A importância deste aspecto, como nos propõe Skinner, está na composição do discurso

inovador. Para ser legítimo como inovador o discurso deve falar a língua da comunidade com a qual dialoga. Portanto, a crítica ao momento vivido e a construção de uma nova opção política e de pensamento encontram o limite da linguagem que pode ser distendida, porém não rompida, sob o risco do discurso cair no vácuo. É possível identificar alguns traços de permanência nesse processo de transição, como o catolicismo e o monarquismo (GUERRA, 1992; SKINNER, 1999, MARTINS, 2008).

Para François-Xavier Guerra, o ideal de modernização mobilizado pela península Ibérica possuía um caráter de união entre Reformismo e Iluminismo. Ambos compartilham uma mesma hostilidade frente aos corpos sociais e seus privilégios, assim como um conceito unitário de soberania e uma relação binária entre o poder e os indivíduos. Estes elementos comuns unem o “despotismo ilustrado” às elites modernas durante boa parte do XVIII. Guerra, ao falar da oposição entre absolutismo e revolução, nos sugere:

Aunque este esquema explicativo sea globalmente cierto, hay que matizarlo un poco, sin embargo. Es demasiado simple oponer radicalmente la Ilustración al absolutismo y hacer de su oposición una constante de todo el siglo XVIII. Por el contrario, existe en muchos campos un parentesco entre el imaginario del absolutismo y el de las élites modernas. Ambos comparten una misma hostilidad hacia los cuerpos y sus privilegios, un concepto unitario de la soberanía, el ideal de una relación binaria y sin intermediarios entre el poder y los individuos. Estos elementos comunes explican la alianza que de hecho existió entre las élites modernas y el «despotismo ilustrado» durante una buena parte del siglo XVIII. Lo que los unía era superior a lo que los separaba. (GUERRA, 1992, p. 25).

Neste sentido, podemos entender que ao proporem uma reorganização das políticas de Portugal, esses ilustrados buscavam também a manutenção da Coroa. A comunidade letrada portuguesa, no corpo de estadistas e publicistas, propunha um alinhamento entre a coroa portuguesa e sua colônia na América (SCHULTZ, 2006). Esta busca dava-se, sobretudo, pela tentativa de criação de um império poderoso, opulento e coeso, que possibilitasse a reforma

dos poderes da Coroa portuguesa e consentisse a sobrevivência da Nação (LYRA, 1994). Isso reflete na política da nação de Portugal ao observamos que, ao contrário do que vinha ocorrendo na virada do XVIII para o século XIX, ela aglutina ora elementos que derivam da necessidade de modernização, ora elementos que são conservadores por excelência<sup>11</sup>.

A prática política desenvolvida em Portugal, durante os anos na virada do século XVIII para o XIX deve ser experienciada interna e externamente. Internamente, com uma agenda política que intentava pelo reforço dos aparatos estatais de ação políticas. E externamente, pelo contexto europeu e ultramarino de políticas e ideias que propunham desafios aos homens de estado de Portugal para administração e desenvolvimento de suas porções no ultramar, e em que as Luzes forneceram algumas das ferramentas para ação política (SKINNER, 1996). Desta maneira acredita-se que Portugal passa por um questionamento de suas condições como potência dentro da Europa e se inicia um pensamento sobre as condições para estabelecimento do Brasil como parte do Reino português. Ambrósio Joaquim dos Reis aqui é destacado como portador destes posicionamentos e participante ativo de um grupo que compartilhava desta experiência.

Ambrósio Joaquim dos Reis exerceu papel fundamental nesta conjuntura política e econômica, sobretudo nas políticas externas portuguesas, o que ele denominava “políticas econômicas do Reino”. Apesar de escassas as informações que possuímos sobre sua trajetória, sabemos que ele já atuava junto aos negócios da Coroa Portuguesa desde a década de 1790, na administração das Sete Casas, além de outras repartições da fazenda real e do comércio externo. Durante as primeiras década do século XIX atuou junto à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, realizando viagens pela Europa a fim de coletar informações sobre o comércio de Portugal e suas relações externas. Conheceu pessoalmente D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, com quem trocava correspondências em tom de confiança absoluta e sempre se pondo como o seu “mais humilde e reverente servo”. De Londres Ambrósio dos Reis elabora e envia a D. Rodrigo uma série de Memórias tendo como principal função elaborar os estudos referentes à política e ao comércio exterior Luso-Brasileiro.

Nas referidas Memórias enviadas a D. Rodrigo de Souza Coutinho Ambrósio reconhecia a necessidade da expansão da política e dos negócios do Império. Caso

---

<sup>11</sup> Para a compreensão deste e de outros problemas decorrentes das ideias da Ilustração, ver ISRAEL, Jonathan. **Philosophy and Making of Modernity 1650-1750**, 2001.



emblemático desta preocupação é visto na *Memória sobre o estabelecimento e organização dos consulados portugueses nos países estrangeiros*, nela Ambrósio Joaquim dos Reis mostrava sua preocupação com as relações diplomáticas do Império Luso-Brasileiro. Dedicava tamanha importância a este tema e acreditava ser uma das mais importantes realizações para as possessões do Império que em correspondência à D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, insiste para que seja dada a devida importância a esta Memória:

“Não posso terminar esta carta sem rogar com maior instância a Vossa Excelência queira dignar e prestar a sua atenção a memória número 7, sobre o Consulado, pois estou intimamente persuadido, que se não se cuidar muito seriamente nos estabelecimentos nela indicados, o comércio, e particularmente a marinha mercante portuguesa se arruinarão completamente; e ninguém melhor que Vossa Excelência conhece os terríveis efeitos que a ruína de tão importantes ramos produzirá na prosperidade, e até na segurança dos preciosos domínios de Sua Alteza Real<sup>12</sup>.”

A preservação e expansão dos domínios reais é o ponto mais forte deste documento. Reconhecia também a que o período era conturbado, um tempo de “confusão e desastres<sup>13</sup>” e naquele contexto a relação do Império com as outras Nações era extremamente importante. Para Ambrósio dos Reis, o momento vivido pela Europa não era o momento adequado para o estabelecimento dos consulados. Em “um tempo em que as cartas geográficas de um ano não podem servir para o seguinte e que em consequência, a geografia mercantil varia todos os dias<sup>14</sup>” a instalação destes estabelecimentos seria intempestiva e pueril. Mesmo reconhecendo a dificuldade para a implantação dos consulados no contexto da memória, argumenta no sentido que os estabelecimentos são de grande importância para a prosperidade da Nação, sendo os canais pelos quais o Governo pode receber informações confiantes sobre o rumo dos

---

<sup>12</sup> Correspondência de Ambrósio Joaquim dos Reis ao Conde de Linhares, assinada em Londres aos 13 de outubro de 1809 (3 folhas). ANTT, 75306, MNE, cx. 728.

<sup>13</sup> Memória sobre o estabelecimento e organização dos consulados portugueses nos países estrangeiros. ANTT, 75306, MNE, cx. 728. Folha 3.

<sup>14</sup> Idem, folha 1.

negócios no exterior. Assim, afirma Ambrósio, é extremamente necessário que “se procure estudar fundamentalmente os abusos radicados no antigo sistema de tais estabelecimentos nacionais para não criar inadvertidamente outros novos da mesma natureza<sup>15</sup>”.

A importância das regiões portuárias e do estabelecimento das casas de comércio portuguesas no exterior é tratada por Ambrósio também na *Memória sobre o estabelecimento e organização dos consulados portugueses nos países estrangeiros*. O publicista acredita que a partir dos negociantes, já estabelecidos nestas casas de comércio, é que se devem apontar os nomes para ocupação dos cargos de cônsules para atuarem junto aos portos. Chega a fazer referência à Memória escrita em 06 de Agosto de 1808, a *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comercio portuguesas nos países estrangeiros*, a fim de firmar esta consideração.

Escrita em 06 de Agosto de 1808 a *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comercio portuguesas nos países estrangeiros* apresenta uma série de questões para o desenvolvimento do comércio dos negociantes do Império, quer em Portugal quer no Brasil. Apresenta um texto que busca a instrução dos comerciantes que após a abertura dos portos do Brasil, em 1808, deveriam se tornar mais competitivos e buscar a atuação nos mais diferentes portos das principais potências mundiais. A abertura de casas de comércio em diversos mercados da Europa providenciaria a associação destes negociantes compartilhando frete e seguros e acabariam por baratear os custeios do transporte marítimo. A Memória apresenta também um tom instrutivo quanto ao melhores mercados Europeus para a criação destas casas, propondo Ambrósio dos Reis a elaboração deste estudo. Outra grande fonte de renda segundo Ambrósio seria os direitos sobre as entradas e saídas dos gêneros nacionais dos portos do Brasil, suas rendas figurarão por muito tempo entre as principais rendas de Portugal e Brasil.

Na segunda Via da *Memória sobre o estabelecimento e organização dos consulados portugueses nos países estrangeiros* há um *Post Scriptum* datado em 2 de Agosto de 1809, onde Ambrósio Joaquim dos Reis informava que Custódio Pereira de Carvalho havia aberto uma casa de comércio em Londres e outra em Liverpool, ainda estabeleceria em Londres outra em sociedade com a firma Barroso Martins Dourado e Carvalho. Ainda havia o filho de

---

<sup>15</sup> Idem, folha 3.

Antônio Martins que dispunha de cabedal considerável e estaria para abrir uma casa. Completa dizendo que estão se criando outros comércios e se esperava para uma delas o proprietário de uma das maiores casas da Bahia. Aconselhando a todos e firmando acordos para o estabelecimento das casas o publicista adverte o Senhor Conde de Linhares que os “planos proposto na Memória começam a estabelecerem-se por si próprios<sup>16</sup>”.

Para o Brasil, especificamente, Ambrósio projetava e buscava a instrução, como acima vimos, das possessões do Império Luso-Brasileiro. Nas *Observações sobre os futuros arranjos comerciais entre a Grã-Bretanha e o Brasil*<sup>17</sup>, datado de 20 de Fevereiro de 1808 e assinada em Londres, o publicista desenvolve um texto que explicita desde o início algumas restrições sobre os acordos mercantis que não oferecessem proteção às manufaturas e aos gêneros nacionais. A Memória busca levar ao conhecimento das autoridades régias que alguns dos acordos comerciais realizados entre a Grã-Bretanha e o Brasil fazem com que o Império sofra algum tipo de desvantagem.

Após a transferência da corte para o Brasil e o estabelecimento do Império Luso-Brasileiro Ambrósio dos Reis achava que seria natural que o Governo Inglês buscasse o firmamento no Brasil dos mesmos subsídios britânicos que se serviam em Portugal. Sendo assim, achava importante que o Governo Português buscasse também fazer valer os artigos de Tratados que colocassem alguma vantagem a Portugal. Dentre estes artigos Ambrósio destacará dois: o “Tratado Defensivo de 16 de Maio de 1703” e o “Tratado de Methuen”, também de 1703. Em ambos os casos Ambrósio verifica que os ganhos relativos à extensão destes tratados ao Brasil seriam maiores para os Ingleses. Uma de suas observações tem a incidência no Segundo parágrafo do tratado de Methuen, também conhecido como Tratado dos panos e vinhos. O segundo parágrafo do Tratado estabelece ao Governo britânico a obrigatoriedade da admissão dos vinhos de Portugal naquela Nação sem que incida sobre o produto os Direitos de Alfândega. Ambrósio verifica que se estendido ao Brasil tal tratado seria desastroso para o Império, uma vez que, no Brasil o consumo dos têxteis Ingleses era necessário e também porque do Brasil não se exportava vinho algum.

As colocações de Ambrósio dos Reis nas *Observações sobre os futuros arranjos comerciais entre a Grã-Bretanha e o Brasil* são complementadas por mais duas Memórias

---

<sup>16</sup> Idem, folha 38.

<sup>17</sup> ANTT, 7537, MNE, cx. 727.

elaboras em 1809. No primeiro aditamento datado de 10 de Junho de 1809 e assinado em Londres Ambrósio diz tomar conhecimento da Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808, a Carta que decreta a abertura dos portos do Brasil aos gêneros estrangeiros. Ao que tudo indica Ambrósio dos Reis não tinha conhecimento desta carta até a data de assinatura da Memória sobre as *Observações...* Ao tomar conhecimento apenas adverte que deve ser cuidadoso no trato com os negócios de outras nações e que se deve atuar em busca da “reciprocidade dos negócios<sup>18</sup>”. Ainda adverte neste aditamento sobre a eficiência do sistema de impostos empregado na Inglaterra e sugere que possa ser adotado algo parecido nos portos do Brasil.

No aditamento de número dois, assinado em Londres aos 2 de agosto de 1809 o nosso autor trabalha basicamente o conhecimento do novo Ato de Consolidação dos Direitos da Alfândega. Assim o teor desta Memória está bem próximo ao do aditamento de número um, ao ponto que busca advertir ao governo do Império sobre posturas adotadas pelo governo britânico. Ambrósio reforça a advertência ao final da memória onde pede para que se tenha toda cautela com a “Corte do Almirantado em Inglaterra, pois os mesmos ingleses reconhecem, que é um Tribunal estabelecido mais com fins políticos que de justiça<sup>19</sup>”.

---

<sup>18</sup> Aditamento à Memória N° 1 sobre os arranjos comerciais entre a Grã-Bretanha e o Brasil, folha 8. ANTT, 75306, MNE, cx. 728.

<sup>19</sup> Aditamento N°2 à Memória N°1 sobre os arranjos comerciais entre a Grã-Bretanha e o Brasil, folha 15. ANTT, 75306, MNE, cx. 728.

## Conclusão

As proposições desenvolvidas inicialmente pelo nosso trabalho acerca da obra de Ambrósio Joaquim dos Reis indicavam que ele estava enredado em um contexto ilustrado onde a restauração da monarquia portuguesa era desenvolvida enquanto projeto frente a multiplicidade de horizontes possíveis para o Estado português. Neste sentido, nossas análises conclusivas reforçam nossas hipóteses iniciais. A análise dos documentos demonstrou que Ambrósio Joaquim dos Reis projetava para a América Portuguesa a saída para a situação vivenciada por Portugal naquele período. A leitura das *Memórias* de Ambrósio dos Reis evidenciou seu alinhamento com as tentativas de manutenção da monarquia portuguesa como uma das potências dentro do contexto Europeu através de sua **restauração**.

Verificamos que Ambrósio dos Reis compartilhava uma linguagem política sobre a qual estava constituindo suas proposições para Portugal e para o Brasil. O que chamamos linguagem política pode ser compreendido como uma série de símbolos, empregados por Ambrósio Joaquim do Reis em suas Memórias, e que podem nos indicar as afiliações políticas deste personagem. De início, podemos compreender que a linguagem política de Reis conferia lugar de destaque para a América portuguesa dentro das políticas Imperiais. Outro ponto presente nas propostas do publicista é a necessidade de intercâmbio político dentro da Europa, podendo a Nação portuguesa compreender melhor o ambiente europeu a partir da consolidação de Casas de Comércio e Consulados em outras Nações europeias.

Ainda dentro das análises conclusivas é importante a compreensão de que Ambrósio Joaquim dos Reis empregava um ideal de restauração para a monarquia portuguesa, e assim menos que um retorno às origens medievais portuguesas, buscava uma modernização do Estado e da Nação. Compreendemos que esta **modernização conservadora** do estado portugueses se pautava em uma concepção eclética de ilustração, que visava amalgamar princípios do reformismo luso dos tempos pombalinos com as modernas teorias que circulavam nos salões e academias europeias. Ambrósio Joaquim dos Reis projetava a saída para a situação de descompasso da Nação portuguesa frente às outras potências europeias a partir de uma conexão com a colônia do Brasil, enredando em termos diferenciados, que

visavam a não exploração, a relação existente entre metrópole e colônia, buscando a aproximação e incorporando a América portuguesa a Portugal.

## Referências

### *Referencias Documentais*

#### Impressas

Sem autor. Considerações sobre o estado de Portugal e do Brasil desde a saída D'El Rei de Lisboa em 1807 até ao presente, indicando algumas providências para a consolidação do reino unido. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, TOMO XXVI, 1º trimestre de 1863.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Estrangeiros; cxs. 725 a 730.

### *Referências Bibliográficas*

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 1500-1800. 7ª ed. Belo-Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Publifolha, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. São Paulo: Ática, 1989.

BERBEL, Marcia Regina. **A Nação como artefato**: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas de 1821-1822. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999.

BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*, In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822**: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1983.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: **História Geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, tomo II;

- ISRAEL, Jonathan. **Radical Enlightenment: Philosophy and Making of Modernity, 1650-1750.** New York: Oxford, 2001.
- JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação.** São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp-Unijuí, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.
- LIVINGSTONE, D. & WITHERS, G. **Geography and Enlightenment.** Chicago: University Of Chicago Press, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro.* In: **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais.** São Paulo, Paz & Terra, 1999.
- McFARLANE, Anthony. *Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações.* In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira novas dimensões.** Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1986 e
- PEDREIRA, Jorge Miguel. *Economia e política na explicação da Independência do Brasil.* In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SCHULTZ, Kirsten. *A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821).* In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira novas dimensões.** Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- SILVA, André Mansuy-Diniz. *Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D Rodrigo de Souza Coutinho.* In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (Orgs.). **1808: A corte no Brasil.** Niterói: Editora da UFF, 2010.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **O Império luso-brasileiro 1750-1822.** Lisboa: Estampa, 1986.
- SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Significado e comprensión en la historia de las ideas.* Prismas, **Revista de historia intelectual**, nº 4, 2000, p. 149-191.



SMITH, Anthony. **Las Teorías del Nacionalismo**. Barcelona: Península, 1976.

WEHLING, Arno (Coord.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.